

Paranapiacaba: destino turístico e responsabilidade social

Autoria: Silvia Regina Costa, Marco Moretto Neto

Resumo

Descrições das ações empreendidas pelo poder público local para implantação de um plano de desenvolvimento turístico com responsabilidade social na Vila de Paranapiacaba, contornando a situação sócio-política-econômica e estrutural desfavorável instalada quando a administração municipal comprou a Vila em 2002.

O texto apresenta as dificuldades e as mudanças que ocorreram neste curto período, que se refletem no comportamento da população, na preservação das culturas locais, no desenvolvimento de processos de participação, na introdução e prática de novas formas de inserção social, no engajamento das pessoas no processo, no incentivo à iniciativa de auto-sustentação e adoção de comportamentos responsáveis e éticos, na garantia de usos sustentáveis de áreas naturais e de proteção das culturas locais e na autogeração de renda e emprego

Palavras-chave:

1.Responsabilidade. 2. Turismo sustentável. 3. Desenvolvimento sustentável

1 Introdução

Santo André, uma das cidades que integram a região metropolitana e que tem metade de seu território inserido na região produtora de água, onde incide a legislação estadual de proteção aos mananciais.

Para proteger e integrar esse território à dinâmica da cidade conservando os recursos naturais essenciais para a produção de água, o município lançou mão de uma política pública com prioridade à gestão ambiental urbana.

Pela presença da Vila de Paranapiacaba, que integra de forma diferente a área de mananciais, já que é uma vila ferroviária histórica tombada pelo Conselhos de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, pelo Instituto do patrimônio histórico e arquitetônico nacional e pelo conselho de defesa do patrimônio histórico, artístico arqueológico de Santo André e que foi comprada pela Prefeitura de Santo André em fevereiro de 2002, o poder público tem a tarefa de estimular, através de políticas específicas, o desenvolvimento econômico e social da região, que ganhou um dinamismo muito maior a partir da compra deste patrimônio.

Neste artigo apresenta-se uma descrição do problema, envolvendo a caracterização da área da Vila, as questões regionais ligadas ao uso múltiplo de um patrimônio histórico ocupado por uma população que não se sentia pertencente ao município de Santo André, com inúmeros problemas sociais e conflitos de lideranças; os condicionantes de desenvolvimento econômico, a metodologia de enfrentamento do problema e um relato da experiência de gestão em andamento.

Duas foram as principais tarefas da ação governamental na região: melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados e criar as condições para o desenvolvimento econômico e social compatibilizado com a conservação dos recursos naturais.

O esforço inicial foi de oferecer novos e essenciais serviços, bem como aperfeiçoar os já existentes, em áreas como saúde, educação, cultura, esportes, lazer, educação ambiental, apoio à inclusão social e econômica e segurança, trabalhar na gestão do patrimônio histórico e

pela política de recuperação arquitetônica e econômica, desenvolvendo trabalhos de capacitação comunitária para a operação do turismo, o manejo de áreas destinadas ao ecoturismo e a realização de eventos de fomento à visitação.

Pouco mais de um ano após a compra da Vila e dois anos após a efetiva criação e instalação da Subprefeitura em Paranapiacaba, as ações inicialmente empreendidas pelo poder público começam a ser assumidas pela população, que vê com outros olhos o modelo turístico que esta sendo implantado e soma esforços para apresentar alguns resultados, como a ampliação do uso e apropriação do espaço público e criação oportunidades de geração de renda local compatíveis com o patrimônio histórico e ambiental, além do estímulo a qualificação profissional e organização da comunidade.

2 Paranapiacaba – Um pouco de sua história

A vila ferroviária de Paranapiacaba foi implantada em 1867 com o objetivo de abrigar os trabalhadores da empresa inglesa São Paulo Railway Co. (SPR), concessionária do trecho ferroviário que fazia a ligação entre as cidades de Santos e Jundiaí. Essa estrada de ferro foi construída para servir como via de escoamento da produção cafeeira paulista rumo ao mercado externo, aproveitando a vantajosa situação geográfica usada anteriormente por nativos e colonizadores.

Com o fim da concessão da São Paulo Railway Co. em 1946, a estrada de ferro e todo o seu acervo são encampados pela União e passa a se denominar Estrada de Ferro Santos – Jundiaí. Em 1957, a Rede Ferroviária Federal – RFFSA passa a assumir os equipamentos e o controle da malha ferroviária.

Nessa época, o Brasil passa por grandes transformações e na área do transporte as rodovias se destacam como prioridade nacional. Gradativamente, o transporte ferroviário foi perdendo a importância no cenário nacional, acarretando num processo de degradação do patrimônio da RFFSA. Na Vila de Paranapiacaba, além do processo de degradação física, devido à insuficiência da manutenção da estrutura existente, houve também a degradação social, uma vez que a maioria de seus habitantes vivia em função da ferrovia, e com as demissões compulsórias tiveram que abandonar suas casas e partir. Tais mudanças induziram a um novo perfil de moradores, agora os não ferroviários.

A presença dos patrimônios arquitetônico e cultural de Paranapiacaba, única vila ferroviária em estilo britânico conservada no Brasil, e do patrimônio ambiental, devido aos remanescentes da Mata Atlântica, fizeram com que a Vila e seu entorno fossem tombados pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) através da resolução 37 de 30 de setembro de 1987.

Ainda, no período entre 1999 e 2000, a Vila de Paranapiacaba foi inscrita na lista dos 100 monumentos mais ameaçados do mundo pelo World Monuments Fund (WMF). Em 2002 a Vila foi tombada pelo CONDEPHAAPASA (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André) e pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), tornando-se patrimônio municipal e nacional respectivamente. A partir de 1999 o município de Santo André acentua sua preocupação com um patrimônio esquecido pelas demais esferas de Governo e resolve fazer gestões para adquirir a parte da Vila de Paranapiacaba em propriedade da RFFSA. Foi um processo lento que se efetivou em fevereiro de 2002, quando este importante patrimônio passou a ser propriedade dos cidadãos andreenses.

3 Descrição do quadro inicial

Paranapiacaba faz parte do território da cidade de Santo André, uma das sete que integram a região industrial paulista mais conhecida como o ABC (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo e São Caetano) que atravessa um período de mudança de seu perfil econômico.

A cidade de Santo André, assim como a região do ABC, conhecida pelo seu importante parque industrial automobilístico, metalúrgico, químico e petroquímico, busca novos investimentos, principalmente do setor de serviços de alta qualidade, para compensar a saída de alguns empreendimentos industriais da região.

O grande objetivo da gestão pública municipal local é criar condições para que a Vila de Paranapiacaba se transforme em um pólo de atração turística, com políticas públicas para um turismo ambientalmente, arquitetonicamente, socialmente e humanamente responsável. No entanto várias dificuldades se apresentaram ao elaborarmos um plano de desenvolvimento turístico, considerando a situação que a Vila de Paranapiacaba se encontrava no momento em que a Prefeitura de Paranapiacaba tomou posse deste patrimônio.

3.1 Aspectos políticos / Administrativos

Cabe aqui salientar que Paranapiacaba, apesar de politicamente, ser território de Santo André, na prática é uma vila isolada. Distante cerca de 40 km do centro do município e sem acesso exclusivo pelo território de Santo André, para se chegar a Paranapiacaba é necessário passar por outros três municípios: Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Este isolamento e a ausência por muitos anos de uma ação mais efetiva do poder público local criaram o cenário favorável para que a Vila e seus moradores criassem suas próprias regras e líderes que decidiam tudo (desde quem poderia morar na Vila e quem não, até o valor dos aluguéis, etc). Esta situação criou núcleos de poder movidos apenas por interesses individuais e a instalação da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense na Vila, trazendo discurso e práticas direcionados aos interesses da comunidade, criou um conflito inicial com algumas lideranças que gozavam de privilégios.

Por outro lado, ausência de um poder central estimulou a formação de pequenos núcleos de poder com interesses específicos e que constantemente entravam em conflitos entre si, refletindo uma população desarticulada, onde o discurso de comunidade tornava-se difícil de ser traduzido.

A população não acostumada com uma ação mais próxima do poder público não entendia a dinâmica da burocracia pública e com um histórico de descrédito, não via com bons olhos os “estrangeiros” que chegaram.

3.2 Aspectos Sócio-econômicos

Segundo o censo do IBGE de 1991, a cidade de Santo André tem uma população total de 615.655 habitantes, sendo que 2.868 são moradores do Distrito de Paranapiacaba. A população se caracteriza em 1509 habitantes do sexo masculino e 1359 do sexo feminino. Formada por 350 casas na parte baixa e 80 na parte alta, cerca de 60% dos moradores da Vila estavam desempregados e 20% destes desempenhavam atividades temporárias e informais, tendo um rendimento mensal aproximado de R\$ 150,00. Dos 40% da população que estava empregada, 30% trabalhava em outro município, sendo que 10% trabalhava na própria Vila. O rendimento médio dessas famílias era de R\$ 550,00. A grande maioria da população é casada e têm em média 04 filhos que estudam na própria Vila. Os moradores são atendidos com 90% de cobertura vacinal e fazem seu tratamento dentário no local.

A presença das mulheres é muito forte. São elas que participam das atividades e despontam como líderes da comunidade. Um fator marcante é o grande índice de alcoolismo detectado nas famílias, que apontam o clima frio e o desemprego como “culpados”. (PMSA, 2002).

3.3 Aspectos Estruturais

Se do ponto de vista humano a situação não era das mais animadoras, a situação dos imóveis não era diferente. Como Vaclav Havel, sociólogo e ex-presidente da República Tcheca, disse em um de seus discursos proferido em 1968: “a visão das fachadas de uma cidade é uma forma de entender a situação emocional das pessoas, porque, se os homens abandonavam a parte visível dos edifícios em que viviam, estavam também abandonando o que havia dentro; se não conseguiam configurar um ambiente belo, é porque rejeitavam o sistema dentro do qual viviam”.

A Vila Martin Smith, envolta pela Floresta Atlântica, desenhada e projetada pelos ingleses, com arquitetura típica, cujo projeto das moradias foi elaborado de acordo com a qualificação de mão de obra operária, a sua posição social e o seu estado civil é composta por blocos de duas, quatro ou seis casas térreas geminadas, dotadas de recuos de frente, dando para a rua principal, e de atrás, dando para as vielas sanitárias. Tais construções dão a impressão de uma única residência, cercada de jardins. Diferem das casas para os solteiros, cuja organização espacial assume um aspecto de alojamento, com a sala atendendo também as funções de quarto, ligadas por um corredor ao banheiro e cozinha coletivo.

Do ponto de vista formal, poderemos destacar que a madeira foi utilizada, predominantemente, como elemento construtivo. Pinho de riga foi o tipo de madeira escolhido pelos ingleses, importando grandes quantidades da Europa.

As casas, antes todas ocupadas por trabalhadores da ferrovia, hoje têm apenas 20% com pessoas que têm ligações com a história ferroviária. A maioria das pessoas que moram nestas casas veio de outras regiões, em um processo de invasão, demonstrando o descaso com que era tratado o patrimônio histórico. Aqui nos deparamos com duas culturas distintas que contribuíram para a degradação do patrimônio: a dos descendentes de ferroviários, acostumados com uma ação paternalista da Rede Ferroviária, que mantinha os imóveis de seus funcionários e a dos moradores mais recentes que não têm uma história de vida relacionada à Vila e com baixo grau de comprometimento em relação aos imóveis.

As casas da chamada parte baixa da Vila de Paranapiacaba passaram por um processo de degradação muito grande. São imóveis que ainda não perderam suas características, mas que atingiram um alto grau de degradação com o decorrer do tempo.

3.4 Aspectos turísticos e ambientais

Paranapiacaba, apesar dos problemas já expostos, sempre despertou a atenção e já atraía visitante, por suas características singulares e pela proximidade dos centros urbanos.

A degradação dos imóveis não sobrepujava a beleza e singularidade do patrimônio construído e a natureza exuberante que cerca a Vila. Além do clima típico, com a pontual neblina, ou “fog” como preferem alguns moradores. Segundo Francisca C. Araújo, 68, poeta e artesã local, “neblina é coisa de pobre. Aqui nós temos Fog”, assumindo a visão colonizada e o histórico relacionado aos ingleses.

No entanto a ausência de infra-estrutura turística, falta de opções de locais para alimentação, ausência de estrutura de hospedagem, monitores desorganizados e sem qualificação, informações precárias e ausência de um ponto de referência para os turistas e visitantes, mostrava claramente ao visitante a desarticulação e desorganização do turismo local, onde cada um caminhava por si e a competição pelos poucos turistas era acirrada.

Este modelo de turismo praticado atraía um perfil específico de visitantes pouco preocupados com a infra-estrutura local e em busca de uma situação de “liberdade e ausência de regras” onde podiam extravasar suas energias, o que se traduzia em degradação do meio ambiente, através de desmatamentos para acampamento legais, ou coleta de plantas e animais, e atos de vandalismo em relação ao patrimônio construído, como depredações e invasões.

Não é necessário dizer que este perfil de turista, conhecido como “mochileiros”, não era o único que freqüentava a Vila, mas representava a grande maioria e além dos danos ao patrimônio natural e construído, não movimentava a economia local, pois não consumiam quase nada na vila, trazendo seus alimentos e o dinheiro contado para a passagem de volta. Obviamente os moradores não viam com bons olhos o turismo, pois o modelo praticado, não lhes trazia nenhum benefício, muito pelo contrário, contribuía para a degradação dos imóveis, da fauna e flora, perturbava o sossego e não movimentava a economia local.

Além da degradação causada pelos visitantes, os próprios moradores não tinham percepção clara dos impactos que suas ações causavam ao ambiente prejudicando as gerações presentes e futuras.

4 Plano de Desenvolvimento Turístico

Patrimônio histórico e ambiental em processo de degradação, população com alto nível de desemprego, baixa escolaridade e pouca capacitação profissional, deprimida, resistente à ação pública e desarticulada, conflitos com lideranças que perderam privilégios, ruptura de núcleo de poderes individualizados e ampliação e apropriação do espaço público, ausência quase que total de infra-estrutura turística, freqüência de visitantes que promovem degradação e não movimentam a economia local, são apenas alguns dos ingredientes indigestos que tivemos que deglutir ao elaborar um plano de desenvolvimento turístico para a Vila de Paranapiacaba. Certamente havia um contraponto de fatores positivos, como a singularidade e beleza do patrimônio arquitetônico e natural, a proximidade com os centros urbanos, o clima, os aspectos históricos e culturais.

A partir deste cenário inicial é que começamos a construir um plano de desenvolvimento turístico para a Vila de Paranapiacaba. Estava claro que havia a necessidade de mudança de alguns paradigmas e que as ações deviam ter como referência o desenvolvimento local, com a participação da comunidade e a sustentabilidade.

Entendíamos como desenvolvimento a promoção da melhoria qualitativa das condições de vida da população de um local específico, associada à idéia de transformação das estruturas produtivas para torná-las mais eficientes e, dessa forma, mais apropriadas à geração de riqueza (Barbieri, 2000).

Como desenvolvimento sustentável adotamos como ponto de partida a definição dada pela Comissão Brundtland e Nosso Futuro Comum, de que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (p.46)”.

Buscamos ainda definir o conceito de sustentabilidade, com base em cinco dimensões: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural (Sachs, 1993).

A primeira dimensão refere-se à equidade social, a ampliação do espaço público, ao empoderamento e estímulo a ação protagonista da comunidade. A dimensão econômica não se limita à necessidade de manter fluxos regulares de investimentos, mas também a gestão eficiente dos recursos produtivos e a manutenção dos benefícios do crescimento econômico no próprio local, para fortalecer as fontes endógenas.

A dimensão ecológica refere-se a ações para evitar danos ao meio ambiente provocados pelo desenvolvimento, enquanto que a dimensão espacial, busca uma configuração urbana equilibrada e uma melhor solução para os assentamentos humanos, considerando as condições

impostas pelos órgãos de defesa do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico. Finalmente a dimensão cultural, refere-se ao respeito que deve ser dado às diferentes culturas e às suas contribuições para a construção de modelos de desenvolvimento apropriados às necessidades de cada ecossistema, cada cultura e cada local. (p. 27)

Com base nestes conceitos, a Subprefeitura estabeleceu um plano para a transformação da Vila em um destino turístico com responsabilidade social.

Esse é o Plano Patrimônio, que se insere dentro da política de desenvolvimento estratégico do município de Santo André, como o documento prévio necessário para seu posicionamento no cenário turístico nacional.

O Plano Patrimônio de Paranapiacaba formula a estratégia de futuro, a partir da análise dos recursos existentes e propõe estratégia a curto, médio e longo prazo e as ações, considerando a importância do Patrimônio Ferroviário, Arquitetônico Ambiental, Cultural e Social representados na Vila de Paranapiacaba. (PMSA, 2001)

Para que este plano pudesse ser implantado havia a necessidade de criação de uma estrutura administrativa que pudesse gerenciá-lo localmente e no curto prazo definimos cinco eixos estratégicos para o desenvolvimento turístico sustentável: divulgação e conscientização turística, participação popular, desenvolvimento sócio-econômico, gestão do patrimônio e adequação de infra-estrutura.

4.1 O processo de mudança exige uma nova estrutura administrativa

Para a aplicação de uma nova estratégia, foi implantado um governo local, respondendo diretamente ao prefeito, com a estrutura de uma secretaria municipal, com larga autonomia de gestão.

Desta ação descentralizadora criou-se, em 2001, a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense.

A Subprefeitura foi estruturada em 5 departamentos: Meio ambiente, Infra-estrutura, Desenvolvimento Social, Coordenadoria Administrativa e Paranapiacaba. Todos desenvolvem ações na Vila de Paranapiacaba direta e/ou indiretamente, mas é o Departamento de Paranapiacaba que tem a responsabilidade de gerir o patrimônio histórico e natural, e as ações de turismo na Vila.

4.2 Eixos estratégicos da gestão do turismo

Uma vez decidido que o desenvolvimento da Vila de Paranapiacaba acontecerá através do turismo, a gestão da Vila se estruturou em cinco eixos estratégicos.

O primeiro eixo foi direcionado à conscientização da população sobre as questões ambientais e turísticas que incidem no “modo de vida” em áreas protegidas, no desenvolvimento de atividades de convívio com a natureza e na divulgação interna e externa do patrimônio histórico, cultural e natural, presentes na Vila de Paranapiacaba, como um grande atrativo turístico.

O segundo eixo que trata das atividades relacionadas à participação dos moradores junto às decisões da administração municipal. Para isto foram criadas instâncias de participação tais como o Conselho de Representantes, Câmaras Técnicas, Orçamento Participativo, Comissões e reuniões informais.

O terceiro ponto abordado foi as políticas de desenvolvimento social e econômico, estruturadas em torno de ações de qualificação profissional, do desenvolvimento de pequenos empreendimentos e da organização da comunidade em associações, cooperativas ou grupos informais.

A Gestão do Patrimônio representa o quarto eixo estratégico e refere-se a organização, regulamentação, uso e ocupação dos imóveis.

O quinto eixo refere-se a adaptação da infra-estrutura existente considerando as necessidades atuais e os cuidados e limitações impostas pelos órgãos de defesa do patrimônio para não provocar a descaracterização do sítio tombado.

Acreditamos que a somatória de ações articuladas nestes cinco eixos estratégicos conduzirão a Vila de Paranapiacaba ao desejável desenvolvimento sustentável.

No entanto como o tempo de viabilização destas ações transcende o período de uma gestão pública municipal, a garantia de continuidade só poder ser assegurada através da construção de parcerias sólidas.

O setor público não pode tomar conta da revitalização de Paranapiacaba sem o empreendimento ativo e cooperativo da comunidade local, de empresas privadas, ONG, instituições de ensino e outros agentes sociais. Paranapiacaba é o resultado de uma aliança entre vários atores que promoverá o turismo com responsabilidade social, centralizado na participação comunitária e no processo de planejamento do desenvolvimento da Vila.

4.2.1 Conscientização e divulgação turística

Esta ação se deu em dois níveis, sendo um interno, voltado aos moradores e outro externo, direcionado às agências de turismo e ao perfil de potenciais visitantes e turistas que interessavam à Vila de Paranapiacaba.

Para os moradores foram conferidas palestras, mostrando as potencialidades do turismo quando bem planejado e realizadas visitas técnicas a cidades e localidades onde houve êxito na implantação de projetos de turismo. Estas ações contribuíram para mudar a visão que alguns tinham em relação ao turismo, mostrando a eles que esta podia ser uma opção viável para a Vila de Paranapiacaba.

Entre as ações desenvolvidas neste período, destacamos:

- Realizados dois cursos de educação patrimonial com a população.
- Realização de 04 cursos de educação para o turismo.
- Realização de curso de monitoria ambiental (certificação de 18 monitores).
- A população tem participado de vários programas de educação patrimonial, onde estão aprendendo como é especial morar em um patrimônio histórico, único.

No entanto para que os moradores pudessem interferir na elaboração de um plano de desenvolvimento turístico para a Vila de Paranapiacaba, não bastava que eles estivessem convencidos de que esta seria a melhor opção, precisavam saber os passos que deveriam dar neste sentido.

Para isto foram criados vários canais e meios de comunicação com o objetivo de suprir os moradores de informações, dando-lhes condições e oportunidades de estarem inseridos e participarem ativamente das decisões:

- Criou-se o “Bilhete”, um jornal mural com circulação quinzenal de 150 exemplares, em formato 60x40cm, fixado nos principais pontos de circulação da Vila e cujo conteúdo trazia as informações atuais em relação às ações do poder público local e os encaminhamentos relacionados ao plano de desenvolvimento turístico;
- Instalou-se uma rádio comunitária “Fog FM” no ar 24h, com programação musical variada e informações gerais sobre os acontecimentos na Vila;
- Criou-se o boletim “Paranapiacaba em casa”, com periodicidade mensal e tiragem de 400 exemplares, com dicas de serviços públicos e respostas às principais dúvidas dos moradores;
- Foram realizadas várias reuniões com grupos específicos para esclarecer dúvidas e discutir pontos relevantes

- Foi instituído um plantão para atendimento de moradores
- Externamente, Paranapiacaba, apesar de ser conhecida não tinha boa imagem junto às empresas de turismo e ao público que buscava uma opção de turismo familiar. Para mudar este conceito, elaboramos materiais que pudessem mostrar as qualidades que a Vila dispõe e indicar que estava passando por um processo de mudanças para oferecer melhores condições para os visitantes e empresas que operarem no local. Até este momento não haviam sido produzidos materiais gráficos de boa qualidade e com informações corretas que pudessem orientar e estimular os visitantes, portanto, tratamos logo de suprir esta lacuna através da elaboração das seguintes peças gráficas:
- Folder de Paranapiacaba, divulgando o patrimônio arquitetônico e histórico
 - Folder Parque das Águas, com foco principal nos aspectos naturais que cercam a Vila.
 - Guia de Serviços, relação de guias locais, restaurantes, pousadas, opções de passeio, horários de trens e ônibus e demais informações que pudessem interessar e orientar o visitante;
 - Folder Ateliês Residência, divulgando as opções de turismo artístico/cultural que a vila oferece;
 - Conjunto de cartões postais “Fotografe Paranapiacaba”, imagens premiadas, produzidas por fotógrafos participantes de um concurso cujo tema era a própria vila.
 - Folheteria de divulgação de eventos
- Além da produção de material gráfico foram realizadas outras ações junto ao trade turístico para mudar a imagem que tinham em relação à Vila:
- Realização de oito fantours para divulgação da Vila.
 - Visitas às agências de turismo locais para apresentação do plano de desenvolvimento turístico
 - Implantação do receptivo turístico da Vila.
 - Coordenação do grupo de turismo do Consórcio Intermunicipal.
 - Contratação de uma consultoria que elaborou de forma participativa as principais linhas para o desenvolvimento turístico da Vila.

4.2.2 Participação Popular

Envolver as pessoas nas ações do Plano de Desenvolvimento Turístico e mais do que isto, ouvir a população local e adaptar as ações ou formatá-las de acordo com os anseios e realidades locais, além de compartilhar as decisões estimulando ações comunitárias, motivaram a criação de várias instâncias de participação que se estendem desde mecanismos já consagrados como o Orçamento Participativo e Conselhos de Representantes até reuniões periódicas com grupos organizados para discutir e encaminhar temas relacionados a sua atuação.

Conselho de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense

O Conselho de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense foi criado em 2001, a partir de discussões com a comunidade, estabelecendo mais um espaço democrático de discussões, reflexões, encaminhamentos e definição de políticas públicas para a região. Sua composição é paritária, com 56 membros, sendo 14 titulares e 14 suplentes da comunidade e do mesmo poder público. Para representar a comunidade foram escolhidos quatro representantes de moradores, um representante da indústria, dois representantes do comércio e dois das entidades além de um representante da comunidade eleito em outros conselhos que atuam na cidade, como o de Saúde, Educação, Transporte e Meio ambiente.

O formato deste conselho e sua atuação regionalizada apresentaram-se como uma experiência inédita no âmbito da Prefeitura de Santo André.

A primeira eleição, em 2001 contou com a presença e voto de cerca de 800 pessoas.

A segunda gestão deste Conselho, legitimada pela presença e voto de 500 pessoas, iniciou no dia 12/12/2002, quando foram nomeados os novos membros eleitos nos dias 23 e 24/11/2002, para mandato de dois anos.

Câmara Técnica de Paranapiacaba

Por discutir temas amplos e por ter um grande número de participantes em cada reunião, para que fosse mais produtivos a discussão e encaminhamento de alguns temas específicos, foram criadas duas Câmaras Técnicas: a de Paranapiacaba e do Parque Andreense.

Estas Câmaras Técnicas reúnem-se quinzenalmente com a presença dos representantes da comunidade eleitos pelo bairro e membros da Administração para discutir e encaminhar os temas relacionados especificamente a estas regiões. Os temas de caráter geral e de interesse dos outros bairros que compõem a região administrada pela Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense (por exemplo: atendimento de saúde, transporte...) são encaminhados para o Conselho de Representantes.

Orçamento Participativo

Mecanismo de participação consolidado no Município de Santo André, o Orçamento participativo, ganhou nova força na região de Paranapiacaba com a instalação da Subprefeitura, que passou a articular de forma mais próxima a divulgação e organização das plenárias.

Marcadas pela presença de um número representativo de pessoas, as demandas eleitas concentram-se nas áreas de segurança, infra-estrutura e saúde. Nas plenárias também são escolhidos dois representantes locais para comporem o Conselho de Orçamento de Santo André. A atuação dos conselheiros locais e de sua base de representatividade têm garantido a execução de boa parte das demandas eleitas e são um estímulo permanente para a organização da comunidade.

4.2.3 Desenvolvimento sócio-econômico

Os projetos orientados para o desenvolvimento da Vila de Paranapiacaba buscam efetivar o processo de inclusão social através de ações que priorizem os direitos de cidadania da comunidade, com especial atenção às mulheres, crianças e adolescentes, estimulando a participação comunitária e o empreendedorismo social.

Trata-se de uma trajetória árdua que parte da transformação de não-cidadãos em cidadãos e de cidadãos em empreendedores sociais. (Melo Neto / Froes, 2002)

Para isto, de início, buscamos ampliar o “espaço público” e garantir o acesso a todos. É neste processo, dependendo da qualidade do processo participativo, que são formados novos cidadãos e inicia-se o comprometimento individual para um coletivo mais equilibrado.

Conscientes de sua ação transformadora os indivíduos passam a exercer a sua cidadania e em alguns casos assumem a condição de empreendedores sociais locais.

Os empreendedores sociais são aqueles que orientam sua ação empreendedora não apenas para o lucro, mas para uma “economia solidária”, que de acordo com Paul Singer (2000, p.317), “é aquela que segue o caminho da cooperatividade em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez de eficiência apenas individual, do ‘um por todos, todos por um’ em vez de ‘cada um por si e Deus só por mim’”.

Para estimular a ação de empreendedorismo social, orientamos nossa atenção para aumentar a produtividade social local investindo no capital endógeno.

Investir na capacitação e organização dos moradores, oferecendo-lhes as condições para empreender e gerar renda local foi a estratégia de desenvolvimento social e econômico adotada.

A viabilização desta estratégia se deu através de cinco eixos: ações desencadeadoras, capacitação e qualificação profissional, estímulo ao empreendedorismo social, estímulo ao associativismo e formação de redes e regularização do setor informal da economia local.

Ações desencadeadoras

As propostas apresentadas e discutidas para o desenvolvimento turístico de Paranapiacaba, apesar de provocarem a reflexão dos moradores, ficavam distantes do plano real por apontarem para um horizonte distante, em longo prazo e estarem apenas no plano das idéias, portanto abstratas.

Era necessário materializarmos algumas ações que pudessem provocar mudanças no perfil de turistas que freqüentavam a Vila e indicar aos moradores que era possível um novo modelo de turismo que pudesse beneficia-los.

Para isso elaboramos algumas ações desencadeadoras, que tiveram importância fundamental neste momento inicial de mudanças de perfil e de conceitos e com isso possibilitaram o estabelecimento de parcerias. As ações desencadeadoras são ferramentas estratégicas que agregam e abrem espaços, além de realizar um determinado objetivo imediato, mudam atitudes, rompem inércias sociais e institucionais.

No caso específico de Paranapiacaba, utilizamos o Calendário de Eventos Culturais Local como mola propulsora de ações desencadeadoras. Este calendário foi elaborado em conjunto com a população local e buscava resgatar datas e eventos tradicionais.

A elaboração da programação dos eventos deste calendário foi formatada e divulgada de maneira a atrair um determinado perfil de público que nos interessava. A movimentação de público proporcionada pelos eventos criava oportunidades de geração de renda e empreendedorismo para os moradores, que desenvolviam suas atividades e mantinham os recursos financeiros na própria vila, movimentando a economia local.

Um dos melhores exemplos de ação desencadeadora é o Festival de Inverno de Paranapiacaba, cuja primeira edição foi realizada em 2001 e atualmente, como resultado de uma ação conjunta do poder público e comunidade local, somando esforços com empresas privadas, organizações do terceiro setor, instituições de ensino, produtores culturais e demais prefeituras da região, caminha para sua terceira edição a ser realizada em julho de 2003, que pretende repetir o sucesso dos anos anteriores e atingir o mesmo público do ano anterior, estimado em vinte mil pessoas durante o período do evento (10 dias).

No entanto este calendário não se limita a um evento, mas desenha uma programação anual, cujas atividades serão apenas relacionadas:

FEVEREIRO - Copa Brasil de Cross Country

MARÇO - Bailes Tradicionais de Carnaval e Encontro de Mulheres das Áreas de Mananciais

ABRIL - Aniversário da Cidade e Concurso de receitas e histórias de Paranapiacaba

JUNHO - Dia do Meio Ambiente e Festa Junina de Paranapiacaba

JULHO - Festival de Inverno de Paranapiacaba

AGOSTO - Festa do Padroeiro Bom Jesus de Paranapiacaba e Festival de Comida Caseira de Paranapiacaba

SETEMBRO - Missa do Ferroviário, Semana do Ferroviário, Festival de Jardins de Paranapiacaba e Dia do Ferroviário;

OUTUBRO - Baile de Aniversário do Clube União Lira Serrano e Baile das Bruxas

Programa de Capacitação e qualificação profissional

As atividades de qualificação profissional desenvolvidas em Paranapiacaba têm como objetivo criar condições para que os moradores possam participar dos programas relacionados ao desenvolvimento turístico da Vila e qualificar mão de obra para o restauro e conservação dos imóveis.

Os cursos ocorrem através de parcerias entre a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, a Secretaria de Educação e Formação Profissional, o Centro de Estudos Sindicais, o SEHAL – Sindicato de Empresas de Hospedagem e Alimentação, o Centro Educacional Paula Souza, a ETE Julio de Mesquita e a empresa Solvay Indupa do Brasil S/A.

Trabalhamos com a perspectiva de inaugurar até o final de 2003 o Centro de Formação e Qualificação Profissional de Paranapiacaba, em um imóvel restaurado pelos próprios alunos, que oferecerá a população, opções variadas de cursos para qualificação profissional.

Em 2002 foram atendidas 120 pessoas em disponibilizadas vagas nos seguintes cursos:

- Noções Básicas de Restauro,
- Reaproveitamento de Madeira
- Jardinagem

Em 2003, oferecemos vagas para os seguintes cursos:

- 80 vagas para o curso de Pequenos Reparos em Construção Civil
- 80 vagas para Marcenaria
- 20 vagas para Jardinagem
- 40 vagas para Monitoria de Turismo Cultural.
- Serão abertos ainda este ano, cursos na área de artesanato, corte e costura, culinária e turismo.

Estímulo ao Empreendedorismo Social

Em uma ação endógena, procuramos desenvolver uma estratégia gradual baseada na identificação e estímulo aos moradores da Vila em montar ou ampliar pequenos negócios, que sejam fonte de geração de renda, movimentem a economia local e dêem suporte ao turismo, sem perder a perspectiva de compatibilidade com o meio ambiente natural e construído. Mais do que gerar renda individual buscamos a autogeração de renda e emprego, provocada pela circulação dos recursos no próprio local, criando pequenas redes que dão sustentabilidade e reforçam o tecido social local, aumentando o capital social.

Adotou-se para isso, um conjunto de ações como: apoio técnico-jurídico, suporte financeiro, capacitação para gerenciamento e qualificação de mão-de-obra especializada, que viabilizaram as iniciativas dos novos empreendedores.

Por ser patrimônio tombado, os imóveis de Paranapiacaba possuem várias limitações impostas pelos órgãos de preservação do patrimônio, que dificultam mudanças estruturais, ampliações ou outras intervenções que possam descaracterizá-los. Em face desta realidade partimos do pressuposto que deveríamos trabalhar com os imóveis nas condições em que se encontravam. Esta decisão colocada a campo estimulou a criação de projeto “Portas Abertas” que reúne diversos empreendimentos caseiros, tais como:

- Ateliês residência - Residência de artistas e artesão abertos para visita com venda e exposição de arte e artesanato (18 pessoas envolvidas).
- Bed and Breakfast - Residências de moradores que disponibilizam cômodos para hospedagem com cama e café aos visitantes que pretendem ficar mais de um dia na Vila (08 pessoas envolvidas)

- Fog e Fogão - Moradores que disponibilizam cômodos de suas residências para servir refeições caseiras aos turistas e visitantes (06 pessoas envolvidas)
- Entrepasto Cultural - Espaço público cedido a artistas e artesãos locais para exposição e venda de suas obras e produtos. É gerido por uma comissão eleita entre os expositores. (45 pessoas envolvidas)
- Espaço Gastronômico - Espaço público cedido a quituteiras e doceiras locais para exposição e venda de seus produtos. Funciona no mesmo imóvel que o Entrepasto Cultural. (10 pessoas envolvidas)

A posição do governo local baseia-se na conscientização, articulação, facilitação e capacitação das ações de desenvolvimento, cabendo aos moradores a gestão dos seus próprios negócios.

Os projetos desenvolvidos contam com parcerias em diversos níveis, que mais do que ampliar a capacidade de ação buscam criar bases sólidas que resistam as mudanças administrativas das gestões públicas.

Internamente, as parcerias se dão principalmente com as Secretarias de Participação e Inclusão Social, Educação e Formação Profissional, Desenvolvimento Econômico e Saúde. Externamente contamos com o apoio das seguintes entidades: Centro de Educação para Saúde, Centro de Estudos Sindicais e Fundação Santo André (início da parceria em 2003).

Formação de cooperativas e associações

Atualmente para o poder público, organizar a comunidade torna-se mais importante do que a forma como ela irá se organizar. Cooperativas, Associações, grupos informais, ao contrario de ações de indivíduos isolados, ganham mais autonomia, têm mais facilidade para obter recursos para projetos comunitários e são menos expostas as variações políticas das administrações municipais, constituindo-se de forma mais duradoura.

A prefeitura apóia a organização de cooperativas, associações e grupos informais, integrando produtores que se encontram desorganizados e dispersos.

Em Paranapiacaba, uma entidade foi formalmente criada (Associação dos Monitores Ambientais), mas outras atuam na informalidade (Entrepasto Cultural, Espaço Gastronômico, Associação de guardadores de veículos) e buscam a melhor maneira para se constituírem formalmente.

- Associação de Monitores Ambientais - Organização dos monitores ambientais para venda de pacotes turísticos, constituída formalmente. (18 pessoas)
- Associação de Guardadores de Veículos - Grupo que organiza e guarda veículos de visitantes, oferecendo as informações iniciais sobre a Vila e os serviços disponíveis aos turistas. (10 pessoas)
- Associação de Gestores da Rádio Comunitária - Grupo que administra e elabora a programação da Rádio Comunitária Fog FM. (04 pessoas)
- Associação de empreendedores na área de alimentação e hospedagem - Em fase de formação reunirá moradores que comercializam produtos e serviços relacionados à alimentação e hospedagem

Regularização do setor informal da economia:

Como ação paralela ao estímulo de novos empreendimentos, também fez parte do escopo do programa a regularização de unidades produtivas informais. Em 2002 foi estimulada a criação de pequenos empreendimentos pela comunidade. A partir de 2003 os interessados em desenvolver seus pequenos negócios, participarão do curso de “Empreendedor Popular”, que abordará noções de gestão e direcionará os empreendimentos para sua formalização legal.

4.2.4 Gestão do Patrimônio

A viabilização do turismo está diretamente vinculada à preservação do patrimônio histórico. Dessa forma, para administrar o patrimônio, fez-se necessário elaborar um plano de gestão a partir da elaboração do cadastramento das famílias que residem nas 320 casas da parte baixa da Vila. Deste cadastramento obteve-se um diagnóstico da situação sócio-econômica que subsidia o plano de gestão do patrimônio construído.

Em função das informações levantadas elaborou-se critério de usos dos imóveis que formam o patrimônio construído. A primeira preocupação ateuve-se à questão de moradia na Vila de Paranapiacaba, a regularização contratual das famílias residentes – a maioria dos moradores apresentavam interesse em permanecer na Vila, convergindo com a política da Subprefeitura de conservar o patrimônio sem torná-lo desabitado.

O plano de gestão é norteado pela estratégia de desenvolvimento de um pólo turístico, viabilizando a permanência dos moradores e a implantação de atividades econômicas que impulsionassem o fluxo de visitação na Vila.

Algumas ações desenvolvidas nesta área são:

- Controle das invasões.
- Regularização contratual dos moradores: 255 contratos assinados.
- Controle dos pagamentos e estabelecimento de regras para manutenção dos imóveis.
- Realização de 01 licitação para empreendimento comercial (café) e preparação de mais 06 (dois restaurantes, uma casa de heráldica, um antiquário, e duas butiques culturais).
- Acompanhamento nos Conselhos de tombamento (federal, estadual e municipal).

Programa de Acompanhamento das Atividades Turísticas

Como os imóveis são destinados o patrimônio arquitetônico e natural são destinados ao uso turístico, torna-se necessário que haja um acompanhamento e controle das atividades para avaliação de impacto. Para isso foi instituído um programa de acompanhamento das atividades turísticas que desenvolve as seguintes ações;

- Desde maio de 2002 o movimento de turistas na Vila é monitorado, especialmente nos finais de semana. A partir de setembro de 2002, os dados estão sendo sistematizados, com informações de número de visitantes, locais procurados, renda gerada.
- Fiscalização do uso das trilhas.
- Instalação de um núcleo da reserva da Biosfera para a realização do programa de jovens.
- Instalação do Museu ao céu aberto (Caminhos de Paranapiacaba).
- Manejo participativo de três trilhas (Pontinha, comunidade e Mirante) (instalação de bancos, lixeiras e placas).

4.2.5 Adequação de infra-estrutura

Junto ao esforço de deter o processo de degradação dos imóveis e iniciar a recuperação do patrimônio arquitetônico adequando-os às condições atuais de uso, buscamos captar recursos junto à iniciativa privada e outras fontes de financiamento. Neste campo algumas ações já estão em curso:

- Obtenção de recursos da WMF para restauro.
- Contratado o projeto de restauro do Mercado, um prédio simbólico porque fica no centro da Vila e faz parte da memória afetiva dos moradores;

- Contratado o projeto de restauro de uma Casa geminada de duas (verba doada pela WMF -World Fund Monuments)
- Contratada empresa para realização de reforma de telhado do Clube União Lyra Serrano
- Restaurado imóvel para instalação do CIT (Centro de informações turísticas).
- Reforma de dois banheiros públicos na parte baixa da Vila.
- Reforma e inauguração do prédio da nova Biblioteca de Paranapiacaba.
- Elaboração de projeto para ampliação do posto de saúde.
- Reforma do Complexo esportivo: Campo de futebol Lyra Serrano e quadras
- Orientação e acompanhamento de projetos de reformas das casas da parte alta.

5 Conclusão

A estratégia adotada em Santo André foi a de gerir o aparato administrativo a partir de uma compreensão da sensibilidade ambiental do território e de integrar as políticas públicas nesse local sob a hegemonia da questão ambiental.

Reconhecer que a região de Paranapiacaba é ambientalmente sensível, dotada de patrimônio arquitetônico, histórico, artístico e cultural relevante, produtora de água, um recurso natural estratégico para o desenvolvimento da região metropolitana e da cidade de Santo André, foi a premissa para a concepção de uma nova política de gestão desse território.

Aliada a essa particularidade, a dificuldade geográfica de integração dessa parte do município à dinâmica econômica e social da cidade também foi um dos fatores determinantes para a decisão de implantar um novo modelo de gestão.

Articular a conservação dos recursos naturais, a oferta dos serviços públicos e a concepção de uma estratégia de desenvolvimento econômico baseada em qualidade ambiental (o turismo e os serviços de apoio) é a estratégia.

O início do ano de 2001 foi tomado pelas adaptações de um governo local recém criado e, a partir da metade do mesmo ano, em função das indefinições sobre a aquisição da Vila de Paranapiacaba pela Prefeitura de Santo André, refletiu-se sobre qual concepção de política a ser implantada.

Para defender uma política específica para regiões de mananciais e tombada como patrimônio histórico, quando o órgão gestor se encontra em fase experimental, faz-se necessário o ciclo de uma gestão política que, no caso da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, acontecerá no final de 2004.

A representatividade adquirida pela Subprefeitura no contexto municipal é resultado da estratégia das políticas desenvolvidas e pela capacidade de adaptação às condições tão diversificadas, que levaram ao fortalecimento do desempenho do governo local.

As atividades relacionadas à gestão do patrimônio estão sujeitas a alterações em função da dinâmica característica da vila que passará de “Vila Dormitório” para “Pólo Turístico”, levando à necessidade de conciliar as características físicas da Vila com a população local e o Plano de Desenvolvimento Turístico de gestão ambiental que está sendo implementada.

No caso de Santo André, a experiência em discussão trata de uma área urbana, com vastas áreas naturais sob forte pressão antrópica para usos urbanos, como habitação ou indústrias, integrada física e economicamente a uma das maiores regiões metropolitanas da América. Esse modelo de gestão tem mostrado alguns resultados significativos.

A rotina de serviços de saúde e de infra-estrutura, por exemplo, passam a contar no seu dia a dia com o apoio de trabalhos de educação ambiental junto à comunidade.

Assim, o que seria uma operação rotineira de manutenção de vias de terra ou de limpeza, são precedidas de ações educativas onde aos moradores apresentam, por meio de variadas

ferramentas pedagógicas, sua perspectiva de transformação e manutenção do local onde vivem.

Trabalhos preventivos domiciliares de saúde passam a levar aos habitantes informações sobre a ligação entre a poluição da represa, a necessidade da manutenção adequada de sistemas individuais de tratamento de esgotos e a saúde da família.

Programas sociais de geração de renda e emprego capacitam a população para a produção de serviços onde a qualidade ambiental é determinante para o sucesso da atividade econômica.

Um importante ganho desse programa foi a consolidação do uso monitorado de trilhas na floresta, uma vez que o monitor entende que sua ocupação está ligada ao uso correto do recurso da natureza, sendo a floresta conservada o atrativo a ser contemplado pelo visitante.

Propiciar à rede de educação um programa permanente de capacitação dos docentes usando o ambiente onde se vive, suas peculiaridades e seus problemas também foi uma possibilidade gerada a partir da integração dessas diferentes áreas técnicas no mesmo organismo de gestão. Enquanto estratégia de gestão, o modelo adotado por Santo André permite a articulação de cinco dimensões importantes para o sucesso na implantação de políticas públicas.

A primeira, da autonomia administrativa e orçamentária, expressa na estrutura própria e com recursos definidos, o que significa não depender da vontade de áreas administrativas que não tem a região como prioridade.

A Segunda, geográfica ou territorial, ao contemplar com uma atenção diferenciada uma porção da cidade que se diferencia do restante por sua forma de ocupação e por sua segmentação física.

A terceira, a ambiental, ao reconhecer e administrar especialmente uma área onde existe ocupação urbana, mas também um componente ambiental de importância estratégica para a população, a água.

A Quarta, a dimensão da participação popular na gestão pública, manifesta nos Conselhos populares existentes, de administração geral como o Conselho de Representantes e o Conselho do Orçamento Participativo ou de equipamentos específicos, como os de saúde ou educação.

E por fim, a dimensão do planejamento estratégico, de projetar e construir com a comunidade uma visão de futuro da área que respeite a vocação de produção de água e patrimônio preservado, que inclua a população local e que permita a geração de renda e emprego de qualidade.

Essas dimensões, articuladas na implantação de políticas públicas de gestão do território, propiciam condições eficazes para a construção de uma vocação econômica para a região compatível com o pressuposto de qualidade ambiental: o turismo histórico e ecológico e sua cadeia de prestação de serviços.

6 Referências Bibliográficas

- BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento Sustentável Regional e Municipal: Conceitos, Problemas e Pontos de Partida – Volume I – Número 4. FECAP – Administração On Line: São Paulo, 2000
- BRASIL, Leis, etc. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL, Leis, etc: Lei 9605/96. Lei de Crimes Ambientais, Brasília: 1996.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução 237, Brasília: 1997.
- CUNHA, M. Olhar Ecológico Paranapiacaba. Santo André: Fundo Municipal de Cultura, 2001.

DANIEL, C. Programa de governo para Santo André. Santo André, 1999.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A URL: <http://www.emplasa.sp.gov.br>. Consulta em julho de 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. URL: <http://www.ibge.gov.br>. Consulta em julho de 2002.

LEITÃO FILHO, H.F. et al. Ecologia da Mata Atlântica em Cubatão. Editora da Universidade de Campinas, São Paulo, 1993.

LIMA, NA & LOBO, RMB. Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável para a Vila de Paranapiacaba. São Paulo, 1998. (Tese apresentada à Pós-graduação Lato Sensu em Planejamento e Marketing Turístico do SENAC).

PMSA. Cadastro. 2002.

MELO NETO, Francisco de Paulo de / FROÉS, César. Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

RADAMBRASIL. Folhas SF 23/24 Rio de Janeiro/Vitória. Rio de Janeiro, 780p. 1983.

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel e Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SANTO ANDRÉ-SP. Lei 7733 de 14/10/98 – Política municipal de gestão e saneamento ambiental. Santo André: PMSA, 1998.

SANTO ANDRÉ-SP. Sumário de dados da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense. Santo André: PMSA, 2002.

SÃO PAULO (ESTADO) – Lei 9866 - Lei de proteção das bacias hidrográficas e dos mananciais de interesse regional do estado de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado, 1997.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE. Diagnóstico de Degradação da Trilha da Pedra Lisa, Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Cubatão, SP, 1998.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE. Plano de Manejo das Unidades de Conservação, Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Cubatão, SP, Fase 1, 1998.

SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE, DE ENERGIA E DE RECURSOS HÍDRICOS – Termo de Referência para o Programa de Recuperação Ambiental da Billings, São Paulo: 1999. V1.

SINGER, Paul / SOUZA, A. R. (Org.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

SMA – Secretaria de Meio Ambiente. URL: <http://ambiente.sp.gov.br>. Consulta em julho de 2002

UMAH – Urbanismo, Meio Ambiente, Habitação S/C Ltda. Diagnóstico de qualidade ambiental e estudos de viabilidade econômica da área de proteção de mananciais de Santo André – diagnóstico ambiental. São Paulo: UMAH 2000.vI. 208p.